

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
**MODELAGEM HIPERTEXTUAL
PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM ARQUIVO DIGITAL
DE EDIÇÕES DE DOCUMENTOS NOTARIAIS**

Elían Conceição Luz (UFBA)

elianconceicao luz@gmail.com

Norma Suely da Silva Pereira (UFBA)

normasuelypereira@yahoo.com.br

RESUMO

No âmbito dos estudos filológicos, o projeto "A análise de textos notariais e o estudo de práticas culturais: construção de edições em ambiente digital" busca ampliar o conhecimento sobre práticas culturais de natureza sociorreligiosa na sociedade baiana no período compreendido entre os séculos XVI e XIX, através da realização de edições diplomático-interpretativas em meio eletrônico de documentos notariais extraídos dos *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*. As edições em formato digital possibilitam, com a construção de arquivos digitais, a fácil recuperação da informação através de uma modelagem hipertextual. Sendo assim, é fundamental desenvolver mecanismos que alinhem os desafios impostos pelos dispositivos computacionais aos *corpora* dos documentos notariais que serão editados. Dessa forma, para desenvolver mecanismos de organização e acesso às edições em ambiente digital, buscou-se aplicações e teorias da ciência da informação (LIMA, 2015), as quais condicionam a representação e recuperação dos hiperdocumentos a partir do léxico - palavras indexadoras, assim como da diplomática, ciência que estuda os diplomas e documentos oficiais antigos, permitindo uma melhor compreensão do seu conteúdo. Como resultado, apresenta-se, em fase de desenvolvimento, um arquivo digital da edição de um testamento escrito no século XVI. Conclui-se, então, que as reflexões apresentadas, neste artigo, permitem a concepção de um arquivo digital que melhor apresentará aspectos da sócio-história da Bahia Colonial através da disseminação de fontes fidedignas.

Palavras-chave: Filologia digital. Arquivo digital. Modelagem hipertextual.
Recuperação da informação. Documentos notariais.

1. Introdução

O filólogo, ao desenvolver estudos com documentos notarias, envolve-se com a construção da história que "[...] é composta pelos textos históricos, jurídicos, religiosos, políticos, diplomáticos [entre outros]" (SPINA, 1977, p. 74). Assim, a preservação e difusão dos documentos que testemunham as práticas culturais de épocas pretéritas é responsabilidade de vários estudiosos, a exemplo de historiadores, filólogos e arquivistas.

O trabalho do editor crítico é fundamental para a mediação cultural do patrimônio escrito de uma sociedade, a qual é uma questão-chave "[...]

para a construção de uma memória sócio-histórico-cultural” (QUEIROZ, 2006, p. 147). Nessa perspectiva, o projeto "A análise de textos notariais e o estudo de práticas culturais: construção de edições em ambiente digital" apresenta ao leitor contemporâneo através de edições diplomático-interpretativas e interpretativas de documentos provenientes do Mosteiro de São Bento da Bahia e do Convento da Nossa Senhora da Conceição da Lapa (LUZ & PEREIRA, 2016)³³ estudos sobre as práticas culturais de natureza sociorreligiosa no período compreendido entre os séculos XVI e XIX. (PEREIRA, 2015)

A preservação da memória deste período envolve, além da custódia dos documentos originais e das publicações de edições diplomático-interpretativas dos documentos, o armazenamento, a descrição, o acesso e a disseminação destas, a fim de possibilitar fontes fidedignas à produção de conhecimento. No ambiente digital, observando-se que as tecnologias do hipertexto, a exemplo dos sistemas de gerenciamento de bancos (SBDA), possibilitam explorar abordagens já utilizadas nos arquivos tradicionais, compreende-se que essa discussão converge à preservação digital, superando antigas limitações e explorando novos domínios no campo da recuperação da informação (RI). (LIMA, 2015)

Nesse artigo, apresentou-se o esforço de aproximar estratégias da recuperação da informação a recursos dos sistemas de gerenciamento de bancos na construção de um arquivo digital para difusão dos produtos e processos editoriais provenientes da pesquisa. Tendo o léxico como interface entre uma perspectiva de recuperação da informação estrutural e semântica, a pesquisa, buscou uma descrição que relacione a origem e as interligações entre os documentos, tomando por base as diretrizes da descrição de documentos arquivísticos propostas pela *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* – ISAD (G) (2002), porém, estabelecendo relações também através de um mapa conceitual (MC) conforme proposto em Gercina Ângela de Lima (2015), as quais são mais adequadas as *características do hipertexto*. (LÉVY, 1993)

de roubo seguido de estupro, processo que correu na Justiça de 1913 a 1914, em sua dissertação de mestrado, sob a orientação da profa. Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz.

³³ 1º Governador Geral n

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

2. *Os registros do patrimônio material do Mosteiro de São Bento da Bahia*

O Brasil nasceu na Bahia, e em bases de forte influência da religião, neste período sob a hegemonia da Igreja Católica, como se pode perceber pela presença dos Jesuítas em terras tupiniquins, desde 1549 (NUNES, 2013). Em 1575, a Ordem Beneditina, representada pelo abade geral, convocou o segundo Capítulo Geral do Mosteiro de Tibães, em Portugal, para colaborar com as conquistas portuguesas no continente americano através da evangelização em terras ultramarinas, alinhando-se, assim, aos interesses do el-rei Dom Sebastião. (SENHA, 2011)

Neste mesmo ano, ficou, então, resolvido enviar à Salvador um procurador, o Frei Pedro de São Bento Ferraz, natural da Capitania de Ilhéus, que recebeu uma porção de terras de Francisco Afonso e da sua mulher, Maria Carneiro, logo após a sua chegada em terras brasileiras, em 1575. Contudo, somente 1581, São Bento Ferraz recebeu autorização da administração da cidade de Salvador para o recolhimento de esmolas para a construção do templo que se iniciou em 1581, o qual foi inaugurado em 1584. (SENHA, 2011).

O uso de esmolas para a construção de templos e outros bens temporais foi comum nas práticas das ordens católicas, tratavam-se de doações realizadas, geralmente, por famílias abastadas. A princípio os bens da Igreja não poderiam ser alienados, porém, a má gestão administrativa, a má fé: sonegação, venda e desapropriação; ou outros infortúnios, por exemplo, a peste negra que não poupou os monges e as abadias, apontavam para a necessidade de uma documentação adequada que garantisse a custódia dos bens temporais da Igreja. (OLIVEIRA & HERNÁNDEZ, 2009)

No Mosteiro de São Bento da Bahia, os bens temporais adquiridos eram documentados a fim de registrar a posse, a exemplo do *Livro Velho do Tombo*, doações aos monges beneditinos entre 1568 e 1716, acontecimentos de teor jurídico, os quais, no seu contexto, apontam para questões sociais, culturais, geográficas, históricas e políticas desse período, conforme observa Célia Marques Telles (2016),

Encerra, desse modo, conteúdos de grande relevância para a história da Cidade de Salvador como da Bahia. Arrolam escrituras, despachos, trocas, quitações, reconhecimentos, títulos de terras, petições, posses de terras, dentre outros registros que trazem aspectos passíveis de análise de várias áreas do saber. (TELLES, 2016, p. 228)

Evidencia-se, então, que os monges beneditinos, ao trazerem à Bahia Colonial a prática da produção e conservação de livros manuscritos produziram por meio de suas atividades de registro em documentos que tinham funções jurídicas e administrativas, coleções de significativo valor histórico para a pesquisa em diversas áreas, a exemplo dos estudos que retratam a formação do Brasil. Por outro lado, conforme analisa Alicia Duhá Lose,

A crescente participação de leigos nas atividades de pesquisa tem apresentado aos próprios monges uma nova forma de olhar para seu acervo e de compreender sua responsabilidade como administradores de um patrimônio que pertence ao Mosteiro, mas que, em certa medida, também pertence à toda sociedade. (LOSE 2011, p. 332)

Tal postura reflete o envolvimento do Mosteiro de São Bento da Bahia, com a cultura, o ensino e a produção de conhecimento. Assim, conforme afirma a mesma pesquisadora, como ocorreu com a Biblioteca em 2006, com a fundação da Faculdade São Bento, o Arquivo do Mosteiro passa por uma progressiva mudança, com pesquisas, principalmente, no âmbito da própria instituição, pelo Grupo de Pesquisa da Faculdade São Bento. (LOSE, 2013)

3. Instrumentos de recuperação de documentos: convergências de perspectivas

Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm fronteiras bem definidas no que se refere ao conceito de documento utilizando de metadados distintos para a representação de suas coleções o que implica na necessidade de identificar o tipo de documento antes de propor um modelo que permita transferir e disseminar a informação (BELLOTTO, 2006). Paralelamente, a informática “[...] que surgiu em respostas sociais cada vez maiores de métodos eficientes e meios de coletar, manipular, armazenar, recuperar e disseminar a informação científica” (MIKAILOV; CHERNYI & GILIAREVSKI, 1967 *apud* ZAHER, 1974) no período pós-custodial, principalmente, com a advento da *internet*, é desafiada a possibilitar o acesso a uma massa documental diversa.

No entanto, há paralelismos entre essas duas perspectivas, Raghu Ramakrishnan e Johannes Gehrke (2008) ressaltam que os sistemas de gerenciamento de banco de dados (SBDA), assim como as estruturas de dados e outros recursos da computação amplamente utilizados nos sistemas de informação (SI), desenvolveram-se de forma amplamente independente

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

da recuperação da informação (RI), campo do conhecimento que estuda o problema da pesquisa de coleções de documentos de texto desde os anos 50 do século passado.

Dessa forma, nessa seção, buscou-se discorrer sobre diferentes perspectivas de recuperação de documentos para, atento ao que é proposto, estabelecer elementos de descrição para a construção de um arquivo hipertextual, o qual, enquanto arquivo, conforme assinala Heloísa Liberalli Belotto (2006), deve garantir a distinção de documentos de fundos diferentes a fim de garantir o *princípio da proveniência*, o qual orienta a separação física dos documentos de instituições produtoras distintas, e a representação das atividades administrativas, ou seja, as relações entre os documentos diversos que constituem um fundo propondo que a organização do arquivo deve representar as atividades provenientes da entidade produtora (*princípio da organicidade*), em contrapartida, buscou-se identificar relações através do conteúdo semântico a fim de se constituir hipertexto. Para este fim, foram adotadas teorias e aplicações da biblioteconomia apresentadas por Gercina Ângela de Lima (2015), assim como da modelagem hipertextual defendida por essa pesquisadora.

3.1. Descrição de documentos de arquivo

Theo Thomassen (2006) assinala que os arquivos se diferenciam das bibliotecas por custodiarem documentos únicos (*princípio da unicidade*), ou seja, documentos originais, os quais são gerados de forma involuntária. Os arquivos, então, nesse primeiro momento, têm como objetivo o registro das atividades administrativas, para fim de gestão e tomada de decisão, e jurídica, para fins comprobatórios (*função primaria*). Assim, “O fluxo de documentos é regulado para se assegurar que os documentos que são gerados por um determinado processo de trabalho permaneçam ligados, de modo que possam ser facilmente recuperados e usados” (THOMASSEN, 2006, p. 11) tendo por objetivo descrever os documentos, de forma que a dinâmica das atividades realizadas pela entidade produtora seja representada.

No entanto, o mesmo autor afirma que:

Indivíduos e organizações também criam arquivos para não serem esquecidos. Diários, álbuns de fotografias e livros de visitantes são criados e mantidos para documentar, para a posteridade, a história da pessoa ou da organização. Esta função de herança cultural, às vezes, é atribuída também a arquivos que

não foram deliberadamente criados como lembrança de um passado ilustre. (THOMASSEM, 2006, p. 7).

Logo, segundo o autor, essa se configura, assim, como a função secundária do arquivo: transmissão da herança cultural.

A *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* contém diretrizes gerais para auxiliar a descrição de documentos arquivísticos que podem ser aplicadas independentemente do suporte tendo como objetivo principal “[...] identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos” (ISAD (G), 2002, p. 11). Para esse fim, é fundamental a construção de uma estrutura multinível que represente o conjunto das atividades o que permitirá visualizar o contexto e garantir que o documento não perca o seu significado, visto que os documentos de arquivo não podem ser divididos ou repartidos, sendo assim, devem ser representados, preferencialmente, de forma holística (*princípio da indivisibilidade*).

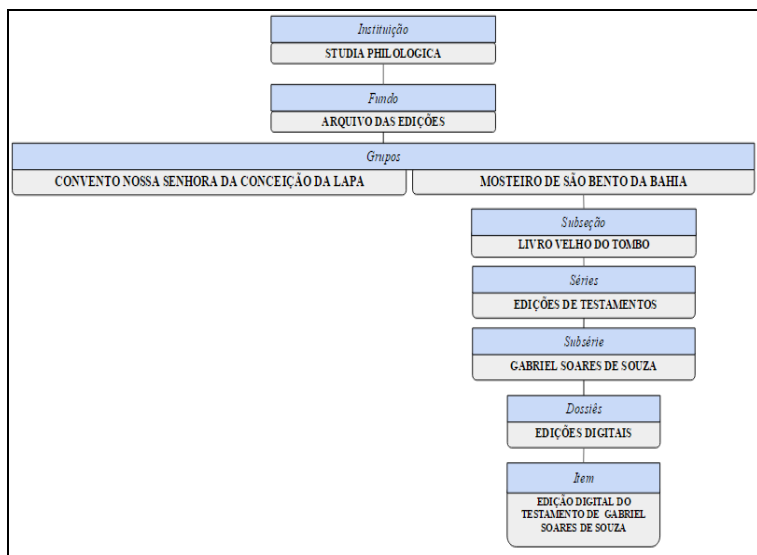


Figura 01: Estrutura multinível das edições em formato digital.

A estrutura multinível apresenta relações que podem facilitar a estruturação do sistema de gerenciamento de bancos através do modelo entidade relacionamento (ER), conforme é apresentado a seguir.

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**

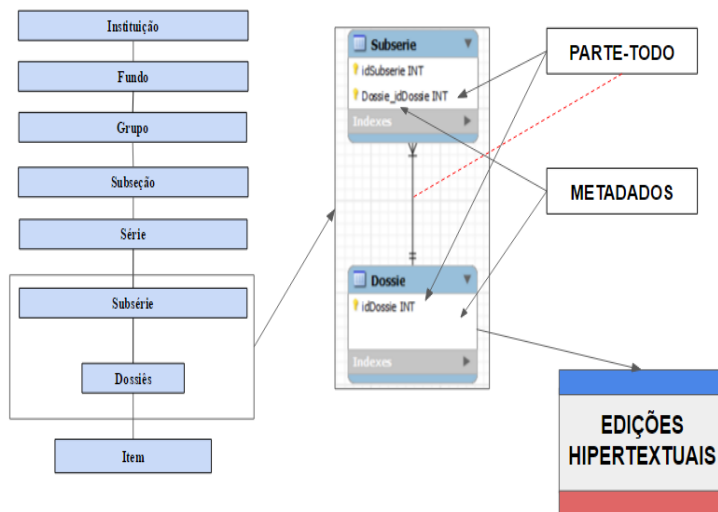


Figura 02:
Relação entre a estrutura multinível e o modelo entidade relacionamento (ER).

De acordo com a *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* (2002, p. 12-13), os metadados podem ser particionados em sete áreas de informação descritiva:

1. Área de identificação (destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição);
2. Área de contextualização (destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição);
3. Área de conteúdo e estrutura (destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição);
4. Área de condições de acesso e de uso (destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição);
5. Área de fontes relacionadas (destinada à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição);
6. Área de notas (destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas);
7. Área de controle da descrição (destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada)

Essas regras colaborarão para a modelagem do banco de dados, visto que, a princípio, constituem-se como atributos das unidades de descrição, as quais, cada uma, com exceção da unidade *item documental*, poderão ser representadas como uma entidade conforme se demonstrou na Figura 02.

3.2. Item documental: a edição digital e novas possibilidades de recuperação de documentos

Os documentos que irão compor o arquivo hipertextual são edições diplomático-interpretativas e interpretativas que serão apresentadas através de uma edição digital (LUZ & PEREIRA, 2016) seguindo o modelo proposto por Maria Clara Paixão de Souza (2014), o qual se constitui em uma interseção entre o trabalho do filólogo e o do programador possibilitando tanto o rigor do fazer da Filologia Textual quanto a sintonia com as novas tecnologias de difusão da informação através do hipertexto. O resultado desse trabalho é um texto que pode ser lido através da linguagem natural ou interpretado pelo computador, ou seja, processado através da marcação realizada com o uso de uma linguagem artificial, sendo importante frisar que todas as figuras que seguem representam um mesmo arquivo³⁴ que apresenta diversas versões.

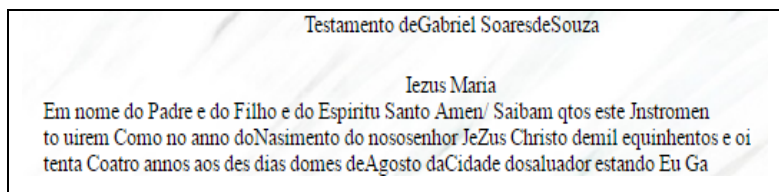


Figura 03: Edição diplomático-interpretativa.

o período de 1549 a 1553.

³⁴ Informação verbal. Entrevista realizada pela autora com Ferreira Gullar na residência dele.

³⁴ Artigo aceito para compor a programação científica do XII ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, a ser realizado na Universidade Federal da Bahia, em Salvador no ano de 2016.

³⁴ *Arquivo*, aqui, assume o significado de código *HTML* (*HyperText Markup Language*), ou seja, aquele com o formato *.html*.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Jesus Maria

Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém.

Saibam quantos este instrumento virem como no ano do nascimento do nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e oitenta quatro anos aos dez dias do mês agosto da cidade do Salvador.

Figura 04: Edição interpretativa.

[illegible]

Figura 05: Código-fonte.

Contudo, fica evidente que a edição digital se desenvolve a partir do trabalho do crítico textual que tanto desenvolve edições diplomático-interpretativas e interpretativas, as quais são fundamentais para o desenvolvimento do modelo de edição digital proposto (LUZ & PEREIRA, 2016), quanto, com base nas teorias de edição, dão sentido aos novos mecanismos de difusão de textos ampliando a sua atuação a um outro espaço, o ambiente digital.

Cabe ao filólogo a reconstituição do texto original o que envolve etapas distintas: levantamento da história do texto; análise e descrição codicológica, paleográfica e diplomática; identificação do paratexto e do prototexto; definição de um modelo editorial adequado ao (s) documento (s) e estabelecimento dos critérios de transcrição que a depender do modelo editorial proposto pode exigir a análise linguística em uma perspectiva histórica. Todas essas informações que podem partir de documento original,

de edições, a exemplo das fac-similares, assim como de demais fontes de pesquisa, desvelam-se a partir da leitura crítica do filólogo e devem ser descritas para garantir a publicação de uma fonte fidedigna. Assim, abaixo, é apresentado um modelo constituído de informações de uma edição que podem ser adicionadas aos descritores da *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* (2002), porém, com o cuidado de não haver repetição.

CONTROLE	Editor crítico	
	Tipo de edição	
	Nome da edição	
	Ponto de acesso	
HISTÓRIA DO TEXTO	Paratexto	
	Prototexto	
	Outras edições	
DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	Análise diplomática	Tipologia documental
		Estrutura do documento
		Proveniência
		Autor/Testador
		Finalidades primárias
		Usos secundários
		Validação
		Data tópica
		Data cronológica
	Análise codicológica	Materialidade aparente
		Materialidade instrumental
		Materialidade subjacente
	Análise paleográfica	Tipo da letra
		Relação de abreviaturas
		Marcas de mudança linguística
		Observações outras sobre a grafia
TRANSCRIÇÃO	Transcrição	
CONSIDERAÇÕES DO EDITOR	Notas	

Tabela 01: Descritores da Filologia.

3.3. Modelagem hipertextual para organização de documentos

Vive-se, hoje, uma revolução na circulação de textos que se assemelha às transformações provocadas pelo surgimento da imprensa, no início da Idade Moderna, a qual tornou o livro mais acessível a uma classe maior de pessoas, promovendo a democratização do saber. Naquele con-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

texto, a biblioteconomia ampliou o seu desenvolvimento, visto que as bibliotecas foram desafiadas a elaborar métodos para a catalogação e classificação do seu acervo para acompanhar a explosão documentária e garantir a finalidade última das coleções: a produção e circulação de novos conhecimentos.

O interessante é observar que com o hipertexto a informação pode ser trabalhada de forma muito mais próxima ao modo com que o nosso cérebro desenvolve os processos mnemônicos. Pierre Lévy (1993) cita seis princípios da rede hipertextual na representação do conhecimento:

1. *Princípio de metamorfose*: a intensa modificação dos sentidos.
2. *Princípio de heterogeneidade*: diversas formas de relação entre os nós.
3. *Princípio de multiplicidade e de encaixe das escalas*: um nó do acesso a todo o hipertexto.
4. *Princípio de exterioridade*: evidencia a constante (re)construção, aberta a incorporar novos dados.
5. *Princípio de topografia*: a concepção de que a informação é organizada a partir da aproximação entre os significados.
6. *Princípio de mobilidade dos centros*: a inexistência de centros fixos, mas sim de diversos polos espalhados na rede, que se estabelecem a partir da ação, ou seja, dos números de relações significativas que se consegue estabelecer, o que depende da ação dos leitores.

Assim, a geografia do hipertexto é construída através da interação dos sentidos que é (res)significado pela (inter)ação dos leitores. Hoje, a informática que através dos sistemas de gerenciamento de bancos possibilita mecanismos para coletar, manipular, armazenar, recuperar e disseminar a informação de forma mais eficiente, também é desafiada a possibilitar, nos sistemas de informação (SI), mecanismos de navegação através dos sentidos. Neste ponto, o aporte teórico da Biblioteconomia é fundamental, visto que, oferece teorias e práticas para trabalhar com mecanismos baseados no conteúdo semântico.

Nesta perspectiva, Gercina Ângela de Lima (2015) desenvolveu um estudo que buscou através de um mapa conceitual (MC) aplicar as teorias da biblioteconomia à gestão de documentos. Os resultados obtidos pela

pesquisadora implicam na organização semântica das palavras indexadoras a fim de possibilitar a construção de uma rede através de *links* semânticos. (LIMA, 2015)

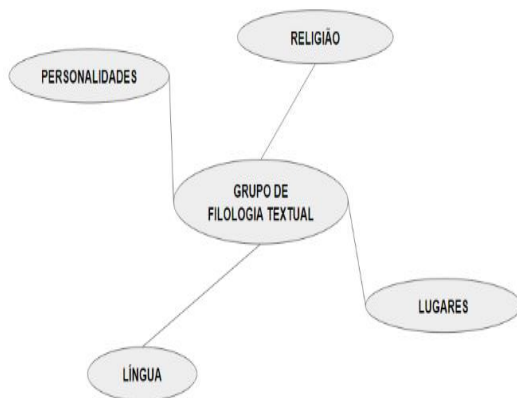


Figura 06: Diagrama de olho-de-peixe.

No entanto, a pesquisa de Gercina Ângela de Lima (2015) foi desenvolvida tendo como objetivo a indexação de uma tese de doutorado, sendo uma monografia, documento de biblioteca, exige da pesquisa apresentada nesse artigo, realizada com *corpus* composto por documentos notariais do século XVI, um esforço de aproximar, nesse trabalho, outras áreas do saber: diplomática, arquivologia e linguística histórica; como pode ser observado abaixo no processo de extração das palavras indexadoras.

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**

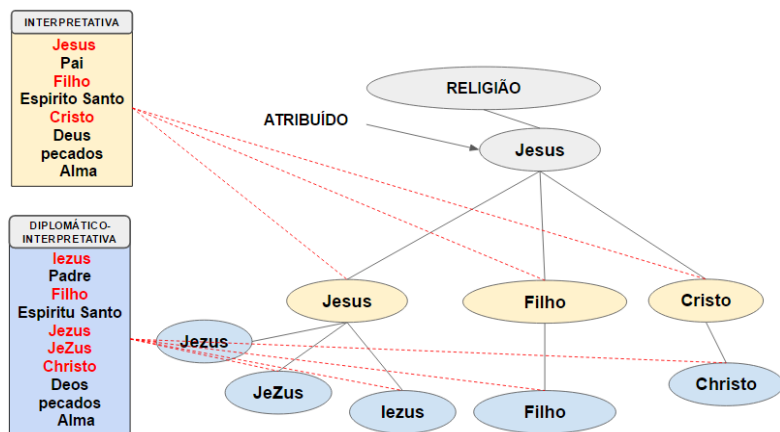


Figura 07: Extração dos índices.

Os índices (*palavras indexadoras*) poderão ser estruturados em uma lista, mais especificamente, em uma *Arvore B+*. Nesta estrutura, conforme é apresentado abaixo, os índices são os nós, os quais apontam para uma lista simplesmente encadeada composta por ponteiros das edições, ou seja, indicam a unidade de descrição de onde os índices foram extraídos. Este método, o qual é apresentado por Raghu Ramakrishnan e Johannes Gehrke (2008), é representado abaixo utilizando as estruturas de *Arvore B+* e *Lista Simplesmente Encadeada* de acordo com Nivio Ziviani (2005).

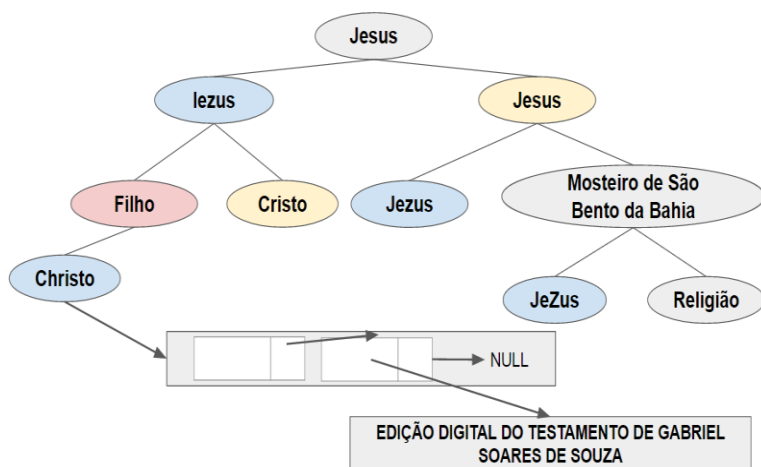


Figura 08: Índice invertido

7. Conclusões, perspectivas e possíveis aplicações

Apesar do conceito *documento* não ser amplamente difundido entre os programadores, as técnicas utilizadas para o desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de bancos possibilitam alternativas para a recuperação de documentos que podem ser exploradas para facilitar o acesso às edições produzidas pelo Grupo de Filologia Textual da UFBA. Com esse objetivo o trabalho que desenvolveu estudos com documentos notariais, os quais se constituem como tipos documentais da Arquivologia, buscou fundamentações teóricas para a representação da informação neste campo do saber. Assim, de acordo com as diretrizes da *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* (2002), propõe-se uma descrição com base na estrutura do contexto de produção dos documentos a fim de não comprometer a modelagem hipertextual que será utilizada em trabalhos futuros.

Por outro lado, com o objetivo de explorar relações semânticas entre os documentos, os quais convergem com os princípios do hipertexto (LÉVY, 1993), utilizou-se o aporte teórico da biblioteconomia, mais especificamente, o defendido por Gercina Ângela de Lima (2015) para a modelagem hipertextual de documentos. Dessa forma, agrupa-se, com a construção de um mapa conceitual (MC), as palavras indexadoras extraídas dos próprios documentos em significados que representem aspectos das práticas culturais da Bahia Colonial, como a língua, as personalidades, os lugares e a religião.

Dessa maneira, as reflexões apresentadas, neste trabalho, aproximaram perspectivas da arquivologia e da biblioteconomia para a modelagem hipertextual de edições de documentos notariais, o que permitirá um maior conhecimento de aspectos sobre a sócio-história da Bahia Colonial, através tanto da disseminação de fontes fidedignas, quanto da apresentação holística dos documentos. Entende-se, assim, que a organização das edições, com base nos princípios, aqui, apresentados poderá possibilitar maior acessibilidade a aspectos que cercam as práticas culturais desse período para leitores especialistas ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- CARLAN, Eliana; BRÄSCHER, Marisa. Fundamentos teóricos para elaboração de sistemas de organização do conhecimento. In: BATISTA,

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Dulce Maria; ARAÚJO JUNIOR, Rogério Henrique de. (Orgs.). *Organização da informação: abordagens e práticas*. Brasília: Thesaurus, 2015. p. 135-159.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *ISAD (G): General International Standard Archival Description: adopted by the Committee on Descriptive Standards*, Stockholm: Sweden, 19-22 September 1999. Ottawa. Trad.: Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2. ed. Lisboa: IAN/TT, 2002.

LÉVY, Pierre. *Tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 1993.

LIMA, Gercina Ângela de. *MHTX: modelagem hipertextual para organização de documentos: princípios e aplicações*. Rio de Janeiro: Interciência, 2015.

LOSE, Alicia Duhá. Riqueza e diversidade do acervo bibliográfico e documental do Mosteiro de São Bento da Bahia: um panorama dos trabalhos do grupo de pesquisa. In: DUARTE, Zeny. *Arquivos, bibliotecas e museus: realidade de Portugal e Brasil*. Salvador: Edufba, 2013, p. 237-258.

_____. O acervo bibliográfico e documental do Mosteiro de São Bento da Bahia. In: PAIXÃO, Dom Gregório (Org.). *O Mosteiro de São Bento da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht. 2011, p. 297-332.

LUZ, Elian Conceição; PEREIRA, Norma Suely da Silva. *Edição digital de um fragmento do testamento de Gabriel Soares de Souza: diálogos entre a cultura digital e a cultura escrita*. (2016, no prelo)

NUNES, Antonietta d'Aguiar. *Conhecendo a história da Bahia: da pré-história a 1815*. Salvador: Quarteto, 2013.

OLIVEIRA HERNÁNDEZ, Maria Hermínia. *Administração dos bens temporais do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Salvador: Edufba, 2009.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. A filologia digital em língua portuguesa: alguns caminhos. In: BANZA, Ana Paula; GONÇALVES, Maria Filomena. (Coords.). *Patrimônio textual e humanidades digitais: da antiga à nova filologia*. Évora: CIDEHUS/FCT, 2014, p. 113-138.

PEREIRA, Norma Suely da Silva. Os rituais da “boa morte” na Bahia colonial a partir da análise de testamentos. In: HORA, Dermeval da; PE-

DROSA, Juliene Lopes Ribeiro; LUCENA, Rubens Marques. (Orgs.). *AL-FAL 50 anos: contribuições para estudos linguísticos e filológicos*. João Pessoa: Ideia, 2015, p. 1013-1042. [E-book]

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Para que editar? A filologia a serviço da preservação da memória baiana. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; SANTOS, Rosa Borges dos. (Org.). *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 141-157.

RAMAKRISHNAN, Raghu; GEHRKE, Johannes. Recuperação de informações e dados XML. In: _____. *Sistemas de banco de dados*. Trad.: Célia Taniwake e João Eduardo Nobrega Tortello. São Paulo: McGraw-Hill, 2008, p. 768-802.

SENHA, Francisco. Os beneditinos da Bahia. In: PAIXÃO, Dom Gregório. (Org.). *O Mosteiro de São Bento da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2011, p. 102-157.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Ars Poética; Edusp, 1977.

TELLES, Célia Marques. Fontes primárias para a sócio-história da Bahia: o Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia. In: ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues et al (Orgs.). *Estudos Filológicos: linguística românica e crítica textual*. Salvador: Edufba, 2016, p. 227-240.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.1, p. 5-16, jan./jun., 2006.

ZAHER, Celia Ribeiro. Da documentação à informática. In: SILVA, Benedicto et al. *Da documentação à informática*. Rio de Janeiro: FGV, 1974, p. 49-64.

ZIVIANI, Nivio. *Projeto de Algoritmos com implementação em Pascal e C*. São Paulo: Thompson, 2005.